

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular [The civil-military coup of 1964 and the basic education movements and popular culture]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Ludkiewicz Alves, Kelly
Publisher	Espaço Ética Ltda.
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-07-07 07:42:02
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/233917

REVISTA
espaçoética

EDUCAÇÃO, GESTÃO E CONSUMO

SÃO PAULO, ANO I, N. 01, JAN./ABR. DE 2014



**Podemos falar de
ética nas práticas
de consumo?**

O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular

Kelly Ludkiewicz Alves¹

“... não podemos agir como rolo compressor,
mas como fermento da transformação”².

(Dom Avelar Brandão Vilela)



Os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 motivaram uma pesquisa histórica da educação baseada em uma revisão bibliográfica e de documentos do período no intuito de entender as políticas educacionais da década de 1960, com ênfase especial na reforma social proposta por João Goulart e as continuidades e rupturas causadas pela orientação conservadora dos ditadores militares.

A autora mostra como a aliança que o governo de Jango fez com a Igreja Católica para implantar um Movimento de Educação de Base garantirá a continuidade do projeto pela ditadura.

1 Doutoranda do Programa em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel e Licenciada em História pela USP e mestre em Educação e Ciências Sociais pela PUC-SP. Trabalhou como professora visitante do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Timor-Leste.

2 Frase com a qual o bispo encerra uma carta escrita em 13 de junho de 1966 para Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão, Ministro da Educação do ditador Castelo Branco.

I – O início da década de 1960 no Brasil: o povo precisa de educação e consciência!

O período do governo de João Goulart, que antecede o golpe civil-militar de 1964, é um momento de significativa mobilização social para formar as bases políticas e econômicas brasileiras, de modo a construir e garantir a consolidação dos direitos da população desfavorecida. As reformas de base propostas por Jango na Mensagem ao Congresso Nacional, feita em 1964, são em grande medida uma resposta governamental para a concretização desse projeto. Entretanto, para garantir sua efetivação por meio de um governo capaz de manter seu poder político em longo prazo, era necessário ampliar pelo voto popular as bases que davam apoio ao governo de Jango, em um país cuja constituição impedia aos analfabetos o direito de participação política. Assim, ao longo dos primeiros anos da década de 1960, as políticas educacionais voltadas para a população adulta acontecem com o estabelecimento de uma estreita relação entre as ações políticas e as ações educativas (SCOCUGLIA, 2000).



Destaca-se que nesse momento a educação tinha um importante papel para aqueles que buscavam transformar as estruturas sociais brasileiras, ao mesmo tempo em que a alfabetização de adultos se reafirmava como estratégia para a formação de eleitores. Essa visão com relação ao papel político da educação de adultos era compartilhada por políticos radicais de direita e de esquerda, mas cada um com caminhos políticos e ações próprias. A primeira era mais centrada na manutenção do *status quo*; já a segunda buscava se integrar às ações que se voltavam para a promoção de mudanças na sociedade brasileira, participando dos movimentos que representavam os interesses das classes médias e populares (SCOCUGLIA, 2000).

Esses grupos, compostos em sua maioria pela classe média urbana e por estudantes universitários, propunham uma educação de base que estivesse além da formação de eleitores para a consolidação da democracia. O que podemos perceber a partir de sua atuação é o fato de que nos primeiros anos da década de 1960 as ações educativas voltadas para a educação de adultos não estavam limitadas à escolarização.

Tais ações são fruto das discussões que aconteceram durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, no qual as críticas ao modelo de educação de base desenvolvido pelo governo nos anos anteriores são expostas pelos membros dos movimentos que atuavam na alfabetização e educação dos adultos. Os textos e documentos trazem severas críticas à educação oficial, acusando-a de ser elitista e bancária. Os debates denunciavam as políticas oficiais educativas, comprometidas com a elitização do saber e a manipulação populista (FÁVERO, 1983, p. 8). Nessa ocasião foi explicitada não somente a falência das campanhas realizadas anteriormente — principalmente as desenvolvidas no âmbito do Departamento Nacional de Educação (DNE) —, como também a importância

de se criar experiências locais que visassem à busca de soluções para os problemas reais das comunidades: “eles enfatizam o papel da educação como instrumento de recomposição do poder político e das estruturas sociais fora dos supostos da ordem vigente: reintroduz-se a reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro” (PAIVA, 1983, p. 163).

Como modelo alternativo propunha-se que a educação de adultos fosse realizada com a formação de pequenos grupos que promovessem experiências em comunidades locais. Nesse contexto se insere, por exemplo, a atuação de Paulo Freire. O objetivo desses movimentos era atuar nas comunidades do interior do país, como já estavam fazendo outros movimentos como, por exemplo, a Campanha Nacional de Educação Rural, que desde o início da década de 1950 desenvolvia em diversas regiões do país atividades de formação de líderes rurais, em centros de aperfeiçoamento de professores, auxiliares de enfermagem e auxiliares rurais, que atuavam como uma espécie de assistentes sociais (FÁVERO, 2006).

Como podemos observar, os anos que antecedem o golpe civil-militar de 1964 são marcados pelo que poderíamos chamar de uma efervescência cultural e política e pelo questionamento dos rumos que a cultura brasileira parecia tomar. Seus críticos denunciavam o perigo que poderia advir da forte penetração da cultura de massa — tomando o termo amplamente utilizado pelos autores da Escola de Frankfurt — e de elementos classificados como *alienígenas*, em referência à intensa influência cultural exercida pelos Estados Unidos.

Em torno desse debate eram discutidas e diferenciadas categorias como *arte do povo* e *arte popular*, *cultura alienada*, *cultura dasalienada* e *cultura popular* (BERLINCK, 1984). A cultura popular nasce então como movimento que reivindica um papel de oposição em relação à cultura moderna, classi-

ficada como instrumento de dominação ideológica de uns grupos sobre os outros (BERLINCK, 1984). Essas duas últimas categorias revelam a expectativa dos movimentos ligados à cultura popular como sendo os representantes de um projeto político de superação das desigualdades e da exploração do trabalho por meio da cultura, capaz de promover a conscientização e, conseqüentemente, a ação política com a organização das classes populares.

Tal consciência para a vida política seria gestada em um processo revolucionário no qual a cultura exercesse um papel determinante, formando, juntamente com as condições materiais objetivas, um conjunto teórico-prático capaz de levar as massas à conquista de poder. A cultura popular estava comprometida com a promoção de atividades voltadas para a formação da consciência ativa das massas, levando-a à percepção de que o movimento real da história confunde-se com seu próprio destino. Seus defensores acreditavam que as classes populares precisavam tornar-se conscientes das ações que necessitavam praticar para conquistar as posições dominantes, e isso somente seria possível por meio de ações que dialogassem com os interesses do povo em adquirir uma cultura que lhe possibilitasse elevar sua compreensão da realidade e lhe permitisse romper com a dominação ideológica das aparências.

A cultura popular só o é quando se transforma num processo que permite a livre expressão dessa complexa rede em que se articulam, em interações ricas e variadas, móveis subjetivos, e possibilidades objetivas, propósito de grupos e paixões individuais, meios disponíveis e finalidades ambiciosas, acaso fortuito e leis necessárias, interesses particulares momentâneos e interesses gerais permanentes, sede de diversão e fome de

instrução, aperfeiçoamento profissional e trabalho político, exigências materiais e necessidades culturais, o viver a hora presente e o fazer da sociedade futura. [...] a cultura popular deve ser a expressão cultural da luta política das massas, entendendo-se por essa luta algo que é feito por homens concretos ao longo de suas vidas concretas (BERLINCK, 1984, p. 67).

Segundo propunham os defensores da cultura popular, as forças responsáveis pelo esclarecimento da consciência das massas com relação à sua realidade deveriam surgir nas condições concretas da vida das classes populares e, por isso, um trabalho autêntico com a cultura popular deveria ser gestado na prática. Nesse ponto podemos ver uma relação bastante próxima com o trabalho de base feito pelos movimentos que se dedicavam à educação de adultos, promovido pelos diversos grupos que atuaram no início dos anos de 1960. Tais experiências são desdobramentos desse projeto que buscava a apropriação para fins políticos dos meios de produção cultural. Esses movimentos promotores de educação popular buscaram, de algum modo, construir espaços para a manifestação cultural das massas com o objetivo de transformá-los em organizações produtoras de cultura popular. Dessa ampla mobilização pela promoção de uma cultura popular revolucionária decorre o que chamamos de educação popular (FÁVERO, 1983).

De acordo com um documento elaborado e distribuído em 1963 pela Ação Popular — grupo ligado à juventude católica leiga —, em que são apresentadas aos militantes do movimento as bases do entendimento acerca da cultura popular, o que ocorre naquele momento é um movimento de polarização ideológica da cultura contemporânea. De um lado dessa polarização estão aqueles que se propõem o desafio de transformar em instrumento de realização do homem uma cul-

tura vista como instrumento de dominação: “Um movimento de cultura popular deverá promover a elaboração da *cultura com o povo*, fazendo-o participante da comunidade cultural, e não criar uma *cultura para o povo*” (FÁVERO, 1983, p. 24).

Pode-se dizer, então, a partir da leitura dos autores que escreveram trabalhos sobre o período, e que em muitos casos são pessoas que atuaram nesses movimentos, que ocorre nesse momento da história brasileira um amplo movimento didático-conscientizador (HOLLANDA; GONÇALVES, 1985). Dele fazem parte diversos movimentos de alfabetização de adultos, que foram implementados, principalmente, na região Nordeste do Brasil entre os anos de 1961 e 1964. Dentre eles se destacam o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP); a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, no Rio Grande do Norte; o Movimento de Educação de Base (MEB), que atuou nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e também no estado de Minas Gerais. Além desses movimentos, que chegaram a atuar nos primeiros anos da década de 1960, temos a proposição do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que seria conduzido por Paulo Freire, mas teve sua implementação interrompida com o golpe. Ademais, verifica-se ainda a atuação de grupos como os Centros de Cultura Popular da UNE (CPC) atuando em vários estados brasileiros e fortemente engajados no Rio de Janeiro, promovendo espetáculos teatrais em favelas, nas portas das fábricas e em sindicatos. Esses movimentos

[...] propuseram-se a alfabetizar adultos, mas segundo se pode depreender da ideia de seus líderes, na perspectiva da valorização da cultura e da educação popular. Embora continuassem sob o patrocínio do Estado, sob seu financiamento, esses movimentos transcenderam o controle estatal e imiscuíram-se na sociedade civil, aprofundando suas raízes (SCOCUGLIA, 2000, p. 51).

No que se refere às políticas governamentais, João Goulart implementou o Plano Nacional de Educação (PNE) como parte integrante de seu projeto de desenvolvimento nacional por meio das Reformas de Base. Tendo como base a LDB nº 4.024 de 1961, que previa um investimento na educação de no mínimo 12% dos impostos arrecadados, o governo Goulart, por meio do PNE, pretendia basicamente dar acesso à educação a todos os que estivessem em idade escolar, diminuir de forma considerável o número de analfabetos no Brasil e expandir o ensino superior. Assim, temos um aumento considerável nos investimentos públicos em educação entre 1961 e 1964: 593% federal; 331% estaduais; 355% municipais (VIEIRA, 1987 apud SCOCUGLIA, 2000).

Como resposta concreta a essa política de investimento em educação, o governo de Jango tinha como expectativa vencer o voto de cabresto por meio das eleições. Tal possibilidade era agora mensurável e já havia sido observada na década anterior com o aumento de 50% da participação popular nas eleições entre os anos de 1950 e 1960, ainda que esse aumento de participação não tivesse alterado profundamente a configuração política brasileira (SCOCUGLIA, 2000). Esse interesse do governo em fomentar o desenvolvimento da educação de adultos dialoga, por um lado, com os interesses religiosos da Igreja Católica na educação de adultos, como estratégia para ampliar a fé católica, e, por outro, para garantir que as reformas estruturais acontecessem de forma controlada e tranquila como era esperado pelos setores católicos progressistas:

Era praticamente consensual que o saber-poder presente na educação dos adultos teria que ser controlado. Assim é que sua implantação seguiu os parâmetros políticos ditados pelos grupos que venceram a disputa, os quais lideraram os movimentos de alfabetização até abril de 1964 (SCOCUGLIA, 2000, p. 47).

O início da década de 1960 é, desse modo, um momento de intenso debate em torno do papel da educação de adultos no Brasil. De um lado, os defensores da erradicação do analfabetismo como forma de acabar com o poder das oligarquias que dominavam o Congresso e que pretendiam um modelo de educação de adultos mais alinhado aos interesses governamentais. De outro, aqueles que, defendendo uma educação para além da formação de eleitores, enfatizavam a importância de formar sujeitos que fossem conscientes de sua posição na sociedade. Inseridos nesse debate, católicos ligados às correntes mais radicais da Igreja e marxistas são os principais ativistas do grupo que propõe uma educação de adultos comprometida com a cultura popular e sua difusão (PAIVA, 1983).

II – Repressão e acomodação dos movimentos de educação de base e cultura popular

Com o golpe civil-militar de 1964 iniciado pelo presidente interino Ranieri Mazzili que empossou o Marechal Castelo Branco, foram encerradas, por meio da Portaria 237 do Ministério da Educação, de 14 de abril de 1964, todas as portarias implementadas durante o governo de João Goulart, o que representou a suspensão de verbas e o encerramento das políticas educacionais gestadas durante o governo de Jango. Tal medida evidencia a intenção do regime em solapar todas as políticas desenvolvidas por Jango durante seu governo, as quais, como vimos, estavam bastante comprometidas com a educação das populações camponesas. Na ocasião da criação da Portaria 237:

O Ministério da Educação fazia divulgar, pela imprensa, um levantamento do material usado na campanha de alfabetização, com o “arrolamento de um vasto equipamento fotográfi-

co, avaliado em vários milhões de cruzeiros e publicações de caráter subversivo” que seriam em seguida expostas à visitação pública (BEISIEGEL, 2004, p. 181).

Os movimentos que se dedicavam à cultura popular e à educação de adultos, como o MCP, a Campanha de Pé no Chão e os CPCs foram violentamente reprimidos e fechados pela ditadura poucos dias após o golpe. O Plano Nacional de Alfabetização, cuja inauguração havia sido marcada simbolicamente para o dia 13 de maio na cidade de Caxias, foi suspenso por meio do Decreto nº 53.886, também de 14 de abril de 1964. O MEB, entretanto, foi o único dos movimentos do período a sobreviver após o golpe, depois de um período de fechamento que durou cerca de três meses.

O MEB foi criado em 1961 por meio de uma aliança feita entre a Igreja Católica, representada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e o Ministério da Educação. Seu objetivo era realizar um trabalho de alfabetização e de educação de base das populações do meio rural, por



meio de escolas radiofônicas criadas nas regiões atendidas pelo projeto. A proposta nasceu como fruto do incentivo dos grupos que propunham um modelo de alfabetização e educação popular que valorizasse a experiência e buscasse a melhoria integral das condições de vida do homem rural, por meio da reflexão sobre as questões de saúde, trabalho, educação, habitação que envolviam seu cotidiano e a sociedade.

Como o governo não se preocupou com a agricultura, a estrutura agrária, isto é, a organização do campo ficou velha. É por isso que a reforma agrária é importantíssima para o Brasil, e tem que vir de todo jeito, na lei ou na marra... [...]. Ao mesmo tempo que se deve aumentar as riquezas, que se deve pensar em dividir. [...] Mas, no campo, existe uma grande desigualdade entre os homens. Uns têm muito e outros nada têm, pois na vida do campo predominam os contratos injustos de arrendamento e parceria, péssima distribuição da propriedade, fazendo com que a propriedade sirva como meio de exploração da terra e dos homens do campo (Material para a 7ª aula de Ed. Política. MEB Recife, 27 mar. 1963).

Os programas educativos eram transmitidos aos alunos por emissoras católicas localizadas nas cidades mais próximas ao lugar onde estava instalada a escola radiofônica, geralmente em locais cedidos pelos proprietários das fazendas, mas também em salões paroquiais, centros comunitários ou casas particulares. As aulas eram transmitidas diariamente pelo rádio com programação especial nos fins de semana. Para desempenhar as atividades cotidianas de organização da escola, controlar a frequência dos

alunos e realizar o papel de mediação entre os alunos e a coordenação do Movimento foi criada a função de monitor, exercida, geralmente, por alguém alfabetizado e com forte influência entre as pessoas da comunidade.

O MEB teve forte penetração no meio rural, mais precisamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, atuando também nos movimentos de sindicalização rural de algumas regiões. O Movimento estava presente em 13 estados brasileiros no início de 1964. Em 1961 contava com 11 sistemas e em 1964 havia ampliado para 55. Em 1963 o MEB atingiu o número máximo de escolas radiofônicas: 7.353. Em 1964 possuía 25 emissoras de rádio para a transmissão de seus programas educativos. Entre técnicos, administradores e supervisores, trabalharam no Movimento quase 600 pessoas. Entre 1961 e 1965, o número de alunos concluintes foi de aproximadamente 380 mil. Ao longo de sua existência, o Movimento capacitou 13.770 pessoas, entre professores, supervisores, animadores populares e monitores. Desse grupo, 7.500 eram monitores voluntários (ARANTES et al., 1984; WANDERLEY, 1984 apud SCOCUGLIA, 2000).

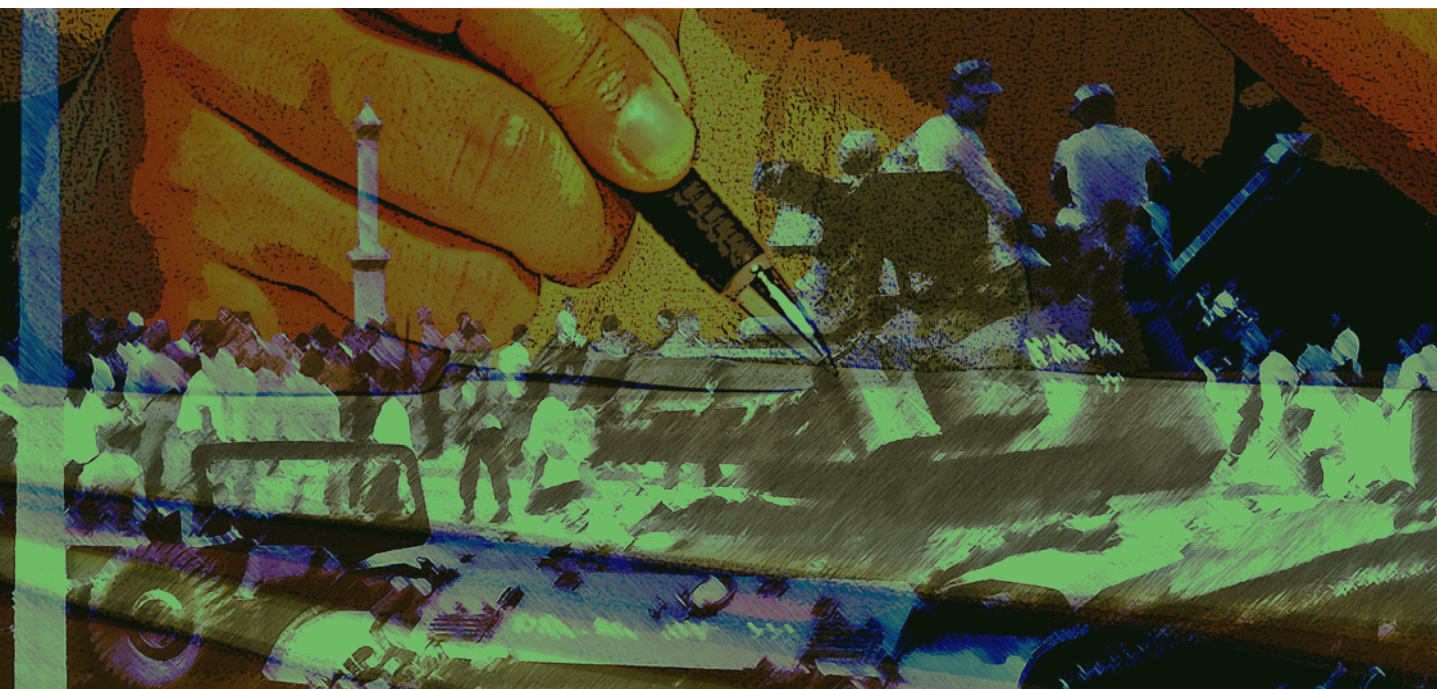
A permanência da atuação do MEB após o golpe se deveu à interferência da CNBB, mais especificamente de bispos conservadores que propuseram ao governo militar a reestruturação do Movimento por meio de sua descentralização em torno das dioceses locais. Com isso pretendiam tomar para si a direção do Movimento e amenizar o conteúdo político radical que estava presente no MEB desde sua criação, afastando dirigentes leigos ligados às coordenações nacional e estaduais, oriundos dos grupos que pertenciam a correntes mais radicais do catolicismo e que haviam se engajado nas propostas do Movimento, trabalhando desde sua origem na estruturação de seus programas educativos.

E quando o cristão se engaja num movimento patrocinado diretamente pela hierarquia que resolve assumi-lo, claramente,

deve compreender também a mentalidade pluralista reinante em nosso meio católico e não pretender exigir de seus Pastores tomadas de posição agressivas e tendentes a favorecer seus pontos de vista ideológicos, por mais respeitáveis que sejam, como se fossem os únicos verdadeiros (Carta escrita por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966).

No texto dirigido às equipes estaduais e diocesanas do MEB, Dom Avelar presta esclarecimentos sobre uma carta enviada por ele ao ministro da Educação. Diante da tempestade que, segundo ele, havia desabado sobre o Movimento, o bispo sugere aos dirigentes leigos os três caminhos que o MEB poderia tomar diante do momento político vivido pelo país: “encerrar imediatamente as relações com o Ministério; entrar na faixa da polêmica direta; tomar o caminho do diálogo com a dignidade que convém ao movimento, mas disposto a ceder algo que não importasse em sacrifício da causa e de seus objetivos essenciais” (Carta escrita por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966).

No texto, o bispo explicita a impossibilidade de manutenção das propostas iniciais que motivaram a criação do MEB, diante da nova conjuntura política brasileira. Caso o Movimento rompesse a parceria estabelecida com o Ministério da Educação, perderia sua principal fonte de recursos financeiros, o que, aliás, passou a ser tema recorrente após o golpe, devido às discrepâncias entre as verbas orçamentárias destinadas ao Movimento e as efetivamente liberadas. Se optasse pelo embate direto, perderia o direito de continuar exercendo suas atividades, sem contar a intensificação da perseguição por parte do regime contra muitos de seus membros, tendo



em vista o fato de que desde o início da ditadura houve forte perseguição política contra os coordenadores locais e os monitores que atuavam no trabalho de base. Muitos integrantes foram presos e diversas escolas radiofônicas foram fechadas.

A reestruturação proposta pelos conservadores católicos parecia, naquele contexto, a alternativa possível para que o MEB pudesse continuar a desenvolver seu trabalho de educação de base, por meio de acordos que resultassem em processos de acomodação estabelecidos com a ditadura. Em 1965 a CNBB assume a gestão do MEB, após a aprovação, no ano anterior, do documento Diretrizes do Monsenhor Tapajós, e promove a reestruturação de alguns pressupostos metodológicos do Movimento e adequações em seu discurso pedagógico.

Os materiais produzidos passam a deixar de lado uma visão mais emancipadora e revolucionária sobre a condição de vida do homem rural, decorrência de uma efetiva integração social e política, e começam a definir a educação popular como responsável pela integração cultural dos indivíduos. Além disso, a reestruturação leva ao afastamento de diversos di-

rigentes que atuavam nas coordenações estaduais e locais, e de militantes que desenvolviam o trabalho de base junto à população, como era o caso dos monitores. Muitos deles foram alvos da perseguição do regime militar, por sua atuação nos movimentos de alfabetização e cultura popular, mas também por estarem engajados em outros espaços de militância, como os sindicatos rurais e as Ligas Camponesas.

A continuação do MEB nos moldes em que fora concebido começa a mostrar-se insustentável devido a fatores que levaram ao seu futuro desmantelamento: problemas com a liberação de verbas para a manutenção da estrutura inicial do projeto; perseguição e afastamento de militantes leigos, principalmente os ligados ao trabalho de base, que eram as pessoas responsáveis pela elaboração dos conteúdos e roteiros de aulas radiofônicas; fechamento de sistemas que operavam em alguns estados da região Nordeste, com a mudança de foco do Movimento para a região Norte do país.

A busca da história pela verdade envolve sutilezas. Nesse caso, chamar a atenção para as dimensões da acomodação e da repressão que operaram ao longo dos primeiros anos da ditadura, alterando as trajetórias e as experiências dos movimentos de cultura popular e de educação de base que atuaram nos primeiros anos da década de 1960. Compreender tais relações é fundamental para conhecer com mais profundidade de que forma a configuração política consolidada após o golpe civil-militar foi capaz de modificar processos em curso na sociedade brasileira muitas vezes adaptando as demandas desses movimentos a suas estruturas próprias. No que se refere à alfabetização de adultos, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que ficou conhecido pela sigla Mobral, é emblemática da forma como a demanda popular pela alfabetização fora apropriada pelo regime militar.

Referências bibliográficas

ARANTES, ALDO ET AL. *História da ação popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

BEISIEGEL, CELSO DE RUI. *Estado & educação popular*. Brasília: Liber Livro, 2004.

BERLINCK, MANOEL T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.

FÁVERO, OSMAR (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006.

HOLLANDA, HELOÍSA B. DE; GONÇALVES, MARCOS A. *Cultura e participação nos anos 60*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIVA, VANILDA. *Educação popular e educação de adultos*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

SCOCUGLIA, AFONSO CELSO. *Educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; [São Paulo]: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

WANDERLEY, LUÍS E. *Educar para transformar*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Fontes

Carta escrita por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Rio de Janeiro, 13 jun. 1966 para o Ministro da Educação.

Material para a 7ª aula de Ed. Política. MEB Recife, 27 mar. 1963.